O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

POR MÉTRICAS ADEQUADAS DE MENSURAÇÃO DE CO_2

O PLANO Safra 2023/2024, lançado recentemente pelo governo federal, promete liberar expressivos R$ 364,22 bilhões em crédito para a produção rural empresarial. Contudo, uma questão preocupante se apresenta: as taxas de juros anunciadas, variando entre 5% (apenas para agricultura familiar) e 12% ao ano, são consideradas elevadas para o contexto da produção agropecuária. O alto custo dos juros pode representar um risco significativo para a capacidade de pagamento dos produtores em 2024. Diante disso, a busca por soluções que reduzam essas taxas torna-se fundamental para garantir a viabilidade econômica do setor agropecuário. Uma possível alternativa para a redução dos juros seria uma negociação mais ampla com os bancos, buscando aumentar os recursos para o crédito rural, provenientes dos depósitos à vista. Estes possuem apenas custo operacional e, portanto, poderiam ser emprestados a taxas mais baixas. Essa estratégia já é aplicada na menor faixa do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em um contexto em que temas como a redução das taxas de juros dos cartões de crédito estão em pauta, é fundamental lançar um olhar atento e sensível para o setor agropecuário, que carrega consigo um compromisso ímpar com a segurança alimentar do Brasil e do mundo.

No momento em que esta edição da ***Agroanalysis*** é fechada, há uma grande expectativa no mercado de que haja uma redução na taxa básica de juros da economia (Selic) – que, atualmente, está em 13,75% – na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). No entanto, a Selic permanecerá alta por um bom tempo, fechando o ano ao redor de 12,00%.

Para analisar o Plano Safra dentro desse contexto desafiador de altas taxas de juros da economia e, também, preços das *commodities* agrícolas em queda, o convidado da Entrevista do mês é Wilson Vaz de Araújo, diretor do Departamento de Financiamento ao Setor Agropecuário da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (DEFIN/SPA/MAPA).

Como destaque de capa, tem-se um tema de crescente relevância no contexto das mudanças climáticas: a emissão de CO_2 na produção de carne bovina. Com o Brasil figurando como um dos principais atores nesse cenário, torna-se imprescindível compreender de maneira correta o impacto das emissões de gases do efeito estufa (GEE) associadas a esse setor. Diversos fatores influenciam a quantificação dessas emissões, como o manejo do pasto e o tipo de sistema de produção adotado, seja confinamento ou pasto. Assim, a métrica utilizada para avaliar o impacto das emissões de GEE pode alterar significativamente a compreensão do impacto climático da pecuária, sendo, portanto, fundamental para entender o papel da pecuária brasileira no aquecimento. Nesta edição, discute-se um estudo que apresenta uma nova métrica de potencial de aquecimento global, o GWP*, que busca corrigir distorções das demais métricas utilizadas, revelando que a pecuária brasileira pode apresentar uma trajetória de redução das emissões de metano.

A emergência climática demanda soluções variadas nos setores econômicos, e a bioenergia destaca-se como uma importante alternativa, especialmente no Brasil, onde já representa uma parcela significativa da matriz energética e contribui para a redução das emissões de GEE. O País ainda possui um potencial considerável para expandir a produção de biocombustíveis e deve promover políticas públicas que incentivem a utilização dessas alternativas. Contudo, para enfrentar a transição energética de maneira eficiente, é necessário promover a cooperação entre diferentes setores e equilibrar interesses diversos, garantindo o bem-estar da sociedade. Além de reduzir as emissões de GEE, é necessário atrair investimentos, ampliar a geração de renda e empregos, oferecer opções acessíveis ao consumidor e garantir a segurança energética.

Para finalizar, é surpreendente, porém preocupante, constatar que algumas regiões do Brasil têm enfrentado problemas sérios com a presença de javalis e onças em suas lavouras e criações. As lavouras têm sofrido danos significativos causados pelos javalis, enquanto o gado e os caprinos são alvo das onças. A preservação da fauna e da flora é crucial para o equilíbrio dos ecossistemas, mas também é necessário encontrar soluções que permitam a convivência harmoniosa entre a vida selvagem e as atividades econômicas das áreas rurais. Nesse sentido, é papel do Governo atuar proativamente, fornecendo orientações e medidas para auxiliar os produtores a lidarem com esses problemas. ■